

28 OUT 1987

O preço da moratória

ESTADO DE SÃO PAULO

Alv. S. B. Silva

No momento em que redigimos este comentário, não sabemos ainda se o Brasil chegou a acordo com os bancos credores estrangeiros, no tocante à suspensão da moratória, mas já sabemos que a decisão de sustar o pagamento de juros sobre a dívida externa de médio e longo prazo, tomada pelo governo brasileiro em 20 de fevereiro, foi bastante nociva para o País e que esse espantoso "ato de soberania" saiu pela culatra. Hoje, a condição absoluta de qualquer acordo com os credores é a revogação da moratória. Nos nove meses que transcorreram desde a decretação desta, a situação cambial do País só se agravou.

Em fevereiro era evidente que o Brasil não estava em condições de honrar seus compromissos, pois suas reservas se haviam esgotado com a política insensata no plano do comércio exterior. Os credores sabiam disso e não poderiam ter exigido do Brasil o pagamento de recursos que não possuía. Era aquele o momento oportuno de nosso governo negociar com eles uma solução satisfatória para as duas partes. Nosso governo, porém, deixou que se escoassem oito preciosos meses para, em troca, amearhar menos de um bilhão de dólares, a título de reservas. Aliás, será

conveniente investigar algum dia, com frieza, a motivação desse ato criminoso perpetrado contra a economia nacional.

Em fevereiro deste ano, nossas reservas cambiais, em caixa, não iam além de 3,3 bilhões de dólares. Hoje, após todo este tempo de suspensão de pagamento dos juros, não ultrapassam a casa dos 4,2 bilhões, embora o País tenha conseguido acumular, de fevereiro a setembro, na balança comercial, um superávit de 7.853 milhões de dólares. A diferença entre o saldo acumulado desde a decretação da moratória e o aumento das reservas basta para demonstrar que, longe de ter sido benéfica, a moratória foi, para o Brasil, uma catástrofe.

Nosso poder de barganha, com reservas maiores, não aumentou, mas perdemos preciosas divisas, que será extremamente difícil recuperar. Segundo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, a moratória fez-nos perder cerca de 1,2 bilhão de dólares nas linhas de crédito de curto prazo, voluntárias; o *spread* sobre as linhas de crédito mantidas subiu sensivelmente e abriu uma nova sangria de divisas. A moratória tornou sem efeito o acordo de renegociação do principal que o País devia ao Clube de

Paris no primeiro semestre, orçado em 500 milhões de dólares. Concorreu também para impedir que os entendimentos com o Banco Mundial valessem ao Brasil outros 500 milhões de dólares. Os financiamentos de longo prazo extinguíram-se e, com isso, frustraram-se algumas importações essenciais para o desenvolvimento do País. As remessas de lucros e dividendos para o Exterior cresceram, e os investimentos estrangeiros diretos diminuíram, salvo os sob a forma de conversão da dívida em capital de risco, conversão que ficou quase inteiramente suspensa desde o fim de junho. Foi isto que custou ao País essa famigerada operação *prestígio*, que hoje o obriga também a efetuar um pagamento simbólico...

Esta realidade parece não impressionar muito os gurus do PMDB, que ainda hoje insistem em blasonar que a moratória é a grande arma de que o País dispõe para impor sua vontade aos credores, os quais, é bem verdade, enrijeceram sua resistência a despeito da opinião que eles sustentam. Não acreditam os impávidos corifeus que as autoridades monetárias dos Estados Unidos possam ter a ousadia de degradar de categoria os créditos do Brasil — decisão que tornaria ainda mais difícil

um acordo, satisfatório para nós, com os credores. Por isso, já se opõem a qualquer pagamento da dívida, até mesmo simbólico, enquanto esperam que os bancos estrangeiros demonstrem sua boa vontade assentindo numa renegociação referente ao período 1987/89 e num juro zero sobre a dívida. Mais do que isto: os economistas do PMDB asseguram que não darão apoio ao ministro (de seu próprio partido) se este procurar um acordo com o FMI — acordo que, todavia, daria ao País condições de renegociar sua dívida com o Clube de Paris, isto é, de reduzir seu desembolso correspondente à dívida passada e, o que é mais importante ainda, abrir-lhe-ia de novo o acesso às agências oficiais de crédito, condição esta absolutamente indispensável para manter certo ritmo de crescimento.

Poder-se-ia imaginar talvez que estão pensando nas consequências que acarretaria para a economia nacional a eventual eclosão de uma recessão mundial ou, pelo menos, a redução das importações de nosso principal comprador, os Estados Unidos. Estamos vivendo fora do mundo, num isolacionismo suicida que só pode convir aos que tencionam instalar no País um regime socialista semelhante ao albanês.